

EXO DE COMUNICAÇÃO



AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

RÁDIO ASSEMBLEIA



PALÁCIO MANUEL BECKMAN

# RELATÓRIO 2020



ESTADO DO MARANHÃO  
**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**

[www.al.ma.leg.br](http://www.al.ma.leg.br)



## APRESENTAÇÃO

Este Relatório apresenta informações sobre as atividades realizadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA) no exercício de 2019. Vem informar à sociedade as ações de representação, legislação e fiscalização balizadoras de todas as atividades da ALEMA.

A Assembleia Legislativa do Maranhão tem buscado desempenhar suas ações de modo participativo. Isso se dá de diversas formas, entre elas ao realizar audiências públicas para colher propostas da população, que poderão ter incidência direta nas leis; quando os gestores do Poder Executivo com- parecem para apresentar suas propostas de planejamento, no processo de revisão do Plano Plurianual de Ação; quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual e dos projetos de lei e em todas as proposições que tramitam na Casa.

Também desempenha funções informativas, educacionais e de orientação. Promove cursos de treinamento, atualização e pós-graduação. Repassa técnicas administrativas, adota soluções para a melhoria das leis, incentiva a participação popular, entre outras ações.

Conta com uma estrutura organizacional capaz de oferecer o adequado suporte técnico/administrativo à função parlamentar, política e à promoção da cidadania.

O Poder Legislativo tem como função principal a elaboração de leis e fiscalização de atos dos demais eixos da Administração Pública. Embora esta seja sua atividade típica, nossos legisladores também podem tratar de assuntos ligados à natureza administrativa de seu pessoal, no tocante à organização, saúde, educação e lazer dos servidores.

## HISTÓRICO

Examinar a história da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão é, antes de tudo, fazer uma belíssima viagem no tempo e contemplar episódios importantes da vida nacional e do Estado, que marcaram a política do País, a partir do Primeiro Império até chegar à noção de democracia que se tem hoje, cujo princípio fundamental é a ideia de que o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

O fato mais longínquo, atrelado ao parlamento estadual, reporta à primeira Constituição Brasileira, de 1824, outorgada por D. Pedro I, que criou os Conselhos Gerais das Províncias (nessa época ainda não havia estados e municípios). Essas estruturas não tinham poderes legislativos, mas a elas competia elaborar projetos de interesse específico da região, de acordo com o grau de urgência e necessidade.

Apesar de a Carta Magna ter vigorado a partir de 1824, o Conselho Geral da Província só foi instalado no Maranhão em 1o de dezembro de 1829, em um dos salões superiores ao lado direito da Capela-Mor da Sé, onde hoje está edificado o Palácio Episcopal, na Praça Dom Pedro II. Os conselheiros, em número de 21, não poderiam ter idade inferior a 25 anos.

## **IDENTIDADE ORGANIZACIONAL**

Legislar em benefício dos cidadãos e da comunidade maranhense; fiscalizar os atos do Poder Executivo; induzir e construir Políticas Públicas sintonizadas com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, agindo de forma transparente, independente e harmônica com os outros Poderes e com a sociedade organizada.

### **VISÃO:**

Ser modelo de excelência organizacional nos serviços que presta à comunidade e nas relações institucionais com o público.

### **VALORES:**

Ética – agir conforme os princípios da moralidade, legalidade e impessoalidade;

Transparência – dar publicidade e clareza aos atos;

Compromisso – cumprir e respeitar a identidade organizacional;

Respeito – dar tratamento igualitário nas relações humanas, ouvindo de forma competente e solidária;

Desenvolvimento – buscar constantemente a excelência através de melhoria contínua da força de trabalho e da utilização de melhores práticas;

Urbanidade – atender com cortesia, polidez, caráter urbano e boas maneiras;

Disciplina – esforço continuado de atuar no sentido das ordens recebidas.

## **COMPETÊNCIA**

As competências legais da Assembleia Legislativa estão previstas nos artigos 30 e 31 da Constituição do Estado do Maranhão, abaixo transcritos:

Art. 30. Ressalvados os casos de sua competência exclusiva, cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor sobre todas as matérias da competência do Estado e, em especial:

I - tributação, arrecadação e aplicação dos recursos do Estado;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;

III - fixação e modificação do efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares;

IV - transferência temporária da sede do Governo Estadual;

V - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público, da Procuradoria Geral

e da Defensoria Pública do Estado;

VI - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

VII - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado ou órgãos equivalentes e outros da administração pública estadual;

VIII - matéria financeira;

IX - concessão para exploração de serviços públicos;

X - autorização para alienar bens imóveis do Estado e o recebimento de doações com encargos, não se considerando como tal a simples destinação específica do bem.

Art. 31. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa:

I - eleger sua Mesa Diretora e constituir suas comissões;

II - elaborar seu Regimento Interno;

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus servidores e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IV - fixar, em cada legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados, obedecendo os limites da Constituição Federal;

V - fixar, em cada exercício financeiro, a remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado ou ocupante de cargo equivalente, observado o disposto na Constituição Federal;

VI - dar posse ao Governador e ao Vice-Governador do Estado e conhecer de suas renúncias;

VII - conceder licença ao Governador para interromper o exercício de suas funções, bem como autorizá-lo e ao Vice-Governador a se ausentarem do Estado e do País quando a sua ausência exceder a quinze dias;

VIII - processar e julgar o Governador e o Vice-Governador do Estado nos crimes de responsabilidade, e os Secretários de Estado ou ocupante de cargo equivalente, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Redação dada pela Emenda Constitucional no 023, de 18/12/1998)

IX - destituir do cargo o Governador e o Vice-Governador do Estado, após condenação por crime comum ou de responsabilidade;

X - proceder a tomada de contas do Governador do Estado, quando estas não forem apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

XI - julgar, anualmente, as contas do Governador do Estado e do Tribunal de Contas do Estado; (Redação dada pela Emenda Constitucional no 009, de 25/03/1993)

XII - Escolher quatro membros do Tribunal de Contas do Estado; (Redação dada pela Emenda Constitucional no 028, de 28/03/2000)

XIII - aprovar, previamente por voto nominal, após arguição pública, a escolha dos membros do Tribunal de Contas do Estado; (Redação dada pela Emenda Constitucional n° 035 de 12/12/2002)

XIV - destituir do cargo de Procurador Geral de Justiça, por maioria absoluta e votação nominal, antes do término do mandato e em forma da Lei Complementar;

XV - aprovar convênios intermunicipais para modificação de limites;

XVI - solicitar a intervenção federal para garantir o livre exercício de suas atribuições;

XVII - aprovar ou suspender a intervenção em município;

XVIII - suspender, no todo ou em parte, a execução de lei ou ato normativo estadual ou municipal, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Tribunal de Justiça, quando esta se limitar a texto da Constituição do Estado;

XIX - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;

XX - fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XXI - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia do Estado em operações de crédito;

XXII - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XXIII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares, excetuadas as que se destinarem à reforma agrária;(Redação dada pela Emenda Constitucional n° 043 de 11/12/2003)

XXIV - mudar temporariamente sua sede;

XXV - dispor sobre o sistema de previdência dos seus membros, autorizando convênios com outras entidades;

XXVI - autorizar o Poder Executivo a realizar investimentos sob a forma de subscrição de ações de bancos oficiais, sociedades de economia mista e empresas estatais.

## DEPUTADOS 19ª LEGISLATURA

Adelmo Soares	Leonardo Sá
Adriano Sarney	Marcelo Tavares (licenciado)
Ana do Gás (licenciada)	Márcio Honaiser (licenciado)
Andreia Rezende	Mical Damasceno
Antônio Pereira	Neto Evangelista
Ariston - suplente	Othelino Neto
Arnaldo Melo	Pará Figueiredo
Carlinhos Florêncio	Pastor Cavalcante
César Pires	Paulo Neto
Ciro Neto	Professor Marco Aurélio
Cleide Coutinho	Rafael Leitoa
Daniella Tema	Ricardo Rios
Detinha	Rigo Teles
Dr <sup>a</sup> Thaiza	Rildo Amaral
Duarte Jr	Roberto Costa
Edivaldo Holanda - suplente	Vinícius Louro
Edson Araújo	Wellington do Curso
Fábio Macedo	Wendell Lages
Felipe dos Pneus	Yglésio Moisés
Fernando Pessoa	Zé Inácio
Glabert Cutrim	Zé Gentil
Helena Duailibe	Zito Rolim - suplente
Hélio Soares	

## ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO

O Orçamento total da Assembleia Legislativa para o Exercício de 2019 teve como dotação inicial o valor de R\$ 399.363.000,00 (trezentos e noventa e nove milhões trezentos e sessenta e três mil reais), aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA n.º 11.205 de 31 de dezembro de 2018. Diante da grande demanda do exercício, o referido orçamento foi suplementado em R\$ 16.491.000,00 (dezesseis milhões quatrocentos e noventa e um mil reais), ou seja, em torno de 4,12%, valor este parte do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Assembleia Legislativa, que para o exercício foi da ordem de R\$ 23.838.580,78 (vinte e três milhões oitocentos e trinta e oito mil quinhentos e oitenta reais e setenta e oito centavos).

Com isso o Poder Legislativo economizou para o Executivo R\$ 7.347.580,78 (sete milhões trezentos e quarenta e sete mil quinhentos e oitenta reais e setenta e oito centavos), viabilizando o atendimento de outras demandas da sociedade maranhense, bem como contribuindo para financiar as políticas públicas necessárias, de forma a fazer o Estado do Maranhão mais justo e igualitário.

Nesse contexto o orçamento aprovado da Assembleia Legislativa ficou da ordem de R\$ 415.854.000,00 (quatrocentos e quinze milhões e oitocentos e cinquenta e quatro mil reais) para o exercício de 2019, onde executamos 97,50% do orçamento aprovado, ficando ainda R\$ 1.377.301,22 (um milhão trezentos e setenta e sete mil trezentos e um reais e vinte e dois centavos) inscritos em restos a pagar não processados e R\$ 421.830,44 (quatrocentos e vinte um mil oitocentos e trinta reais e quarenta e quatro centavos) inscritos em restos a pagar processados.

No que tange à Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata da relação aos gastos com pessoal e Encargos Sociais em confronto com a Receita Corrente Líquida alcançamos um percentual de 1,78% , bem abaixo dos patamares máximos exigidos em Lei (Limite Prudencial é de 2,01% e Limite Legal é 2,12%), apesar da instabilidade política dos Países, ocasionando embates entre entes federativos e perdas de receitas, fator este contornado por uma política fiscal responsável e competente realizada pelo Estado do Maranhão.

No que diz respeito a Observância à Lei de Responsabilidade Fiscal, ressaltamos o cumprimento deste Poder, não só no aos limites da LRF mas também no que se trata da publicação do Relatório da Gestão Fiscal, uma vez que todos os quadrimestres foram colocados à disposição da sociedade em período hábil através da publicação no Diário deste Poder, bem como foram enviados ao Tribunal de Contas.

Em se tratando de envio ao SICONFI/STN, cumprimos fielmente os prazos no 1º, 2º e 3º quadrimestres, sendo também enviados dentro do prazo e com as devidas Notas Explicativas, uma vez que o Estado do Maranhão utiliza o critério imposto pelas Decisões Plenárias TCE-MA n.º 1895/2002 e 15/2004.

Vale ressaltar o compromisso da Assembleia Legislativa com a sociedade, não só na elevação de procedimentos e aplicações de recursos públicos, como também na transparência dos mesmos para visão do público em geral. Certo disso, todas as informações estão

sendo regularmente publicadas no Portal da Transparência, onde em sua última avaliação de 2019 recebeu do Tribunal de Contas do Estado – TCE aval positivo, Através do Relatório n.º 2892/2019 de 14.11.2019, ficando constatado que a mesma CUMPRE com as exigências de transparência prevista no art. 18, inciso II e III, c/c o art. 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com relação ao Plano de Trabalho, destacamos que a Assembleia Legislativa não possui, em seu orçamento, nenhuma ação de caráter finalístico, com produto, ficando, na sua totalidade, todos os seus gastos, medidos pela despesa.

Dentro da visão da atividade Fim do Poder Legislativo, compete a DIRETORIA GERAL DA MESA desenvolver as ações de planejamento, desenvolvimento e controle das atividades legislativas envolvendo o apoio e assessoramento às comissões; atividades da mesa, tais como: apoio parlamentar, controle de atos legislativos, atas e registro envolvendo: taquigrafia e áudio, revisão, arquivo, anais, controle da legislação, biblioteca.

Baseados nessa premissa, buscamos fornecer informações sobre a quantidade de proposições legislativas e a situação das mesmas, em uma análise de conjuntos definidos por proponente e por tipo de proposição. Assim, é indicada a quantidade de proposições de cada um dos Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), bem como do Ministério Público, separadas por tipo de proposição e pela situação das mesmas.

Do mesmo modo é indicada a quantidade de sessões legislativas (ordinárias e extraordinárias) realizadas no período, bem como das que, não tendo sido realizadas, foram encerradas mediante termo de ata.

Ao final, resume as atividades desenvolvidas pelas Comissões Técnicas Permanentes, tais como: quantitativo de reuniões, pareceres e proposições, bem como expõe sinteticamente as audiências públicas realizadas.

Diante disso a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão apresenta Relatório das Atividades da Terceira Sessão Legislativa, da 19ª Legislatura. No presente relatório, abordaremos os dados estatísticos, referentes aos encaminhamentos das Proposições Legislativas, bem como às atividades das Comissões Técnicas Permanentes e Temporárias, atribuições da referida Diretoria, realizadas no período 04 de fevereiro a 20 de dezembro, na forma seguinte:

#### 1. ENCAMINHAMENTO DE PROPOSIÇÕES:

- Autógrafos de Projeto de Leis - 229
- Promulgação de Emenda Constitucional - 05
- Promulgação de Resolução Legislativa - 99
- Promulgação de Decreto Legislativo - 02
- Promulgação de Lei Ordinária - 13

- Promulgação de Medida Provisória – 12
- Minutas de Projetos de Lei - 15
- Minutas de Indicação - 16
- Minutas de Requerimento - 25
- Minuta de Projeto de Resolução Legislativa - 05
- Minuta de Projeto de Decreto Legislativo - 02

## 2. COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS:

### 2.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA:

Reuniões Ordinárias 33

Reuniões Extraordinárias 63

Proposições Apreciadas 750

Pareceres Escritos 699

Pareceres Verbais 51

Audiências Públicas 01

### 2.2. COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE:

Reuniões Ordinárias 10

Reuniões Extraordinárias 02

Proposições Apreciadas 25

Pareceres Escritos 30

Pareceres Verbais 0

Audiências Públicas 03

Em Audiência Pública realizada na Comissão em 24/04/2019, na Sala das Comissões Permanentes, desta Casa, foi feita a Demonstração e a Avaliação do Cumprimento as Metas Fiscais referentes ao 3º quadrimestre de 2018, por parte do Poder Executivo, conforme solicitação do Governador do Estado, por meio do Ofício nº 036/2019-GG, repassado a esta Diretoria.

No dia 26/06/2019, foi realizada audiência pública para Demonstração e a Avaliação do

Cumprimento as Metas Fiscais referentes ao 1º quadrimestre de 2019, por parte do Poder Executivo, na Sala das Comissões Permanentes desta Casa. A audiência corresponde à solicitação feita pelo Governador do Estado, segundo Ofício nº 123/2019-GG, repassado a esta Diretoria.

Em atenção ao Ofício nº 205/19-GG, de autoria do Governador do Estado do Maranhão, foi realizada Audiência Pública no dia 30/10/2019, na Sala das Comissões Permanentes ‘Deputado Waldir Filho’, para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais, referente ao 2º Quadrimestre de 2019, por parte do Poder Executivo.

### 2.3. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA:

Reuniões Ordinárias 08

Reuniões Extraordinárias 0

Proposições Apreciadas 11

Pareceres Escritos 11

Pareceres Verbais 0

Audiências Públicas 03

Em 24/04/2019, a Comissão realizou Audiência Pública cujo objetivo foi tratar sobre a situação dos professores da rede pública de ensino municipal de Paço do Lumiar - MA. A audiência que ocorreu no Instituto de Ensino Superior Franciscano - IESFMA, localizado na Av. 14, qd 02, lote 18 e 19 – Maiobão, em São Luís - MA, foi requerida pelo Deputado Adriano, via requerimento nº 071/2019.

Em Audiência Pública realizada na Comissão em 29/05/2019, no Auditório Fernando Falcão, desta Casa, houve o debate sobre a Medida Provisória criada pelo Ministério da Educação, que traz a nova proposta de Ensino Médio alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB), de 1996, o que suscita a preocupação dos professores diante das mudanças na configuração curricular como a retirada da disciplina de Filosofia da grade curricular básica do Ensino Médio, tornando-a uma matéria optativa. A Audiência foi solicitada via requerimento nº 232/2019, de autoria do Deputado Zé Inácio Lula.

No dia 18/06/2019 foi realizada Audiência Pública para tratar sobre alterações no Centro Integrado Rio Anil - CINTRA. Realizada no Centro Integrado Rio Anil - CINTRA, em São Luís - MA, a audiência correspondeu à solicitação feita via requerimento nº 278/2019, apresentada pelo Deputado Wellington do Curso.

#### 2.4. COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGURIDADE SOCIAL E RELAÇÕES DE TRABALHO:

Reuniões Ordinárias 15

Reuniões Extraordinárias 02

Proposições Apreciadas 27

Pareceres Escritos 26

Pareceres Verbais 01

Audiências Públicas 0

#### 2.5. COMISSÃO DE SAÚDE:

Reuniões Ordinárias 16

Reuniões Extraordinárias 0

Proposições Apreciadas

29 Pareceres

Escritos 30

Pareceres Verbais 01

Audiências Públicas 03

No dia 27/03/2019, foi realizada Audiência Pública, na Sala de Comissões “Deputado Waldir Filho” para apresentação do Relatório Detalhado da Execução Orçamentária (RDEO), referente ao 3º Quadrimestre de 2018, conforme solicitação feita pelo Secretário de Estado da Saúde, via Ofício nº 341/2019-GAB/SES.

No dia 10/07/2019, foi realizada Audiência Pública, na Sala de Comissões “Deputado Waldir Filho” para apresentação do Relatório Detalhado da Execução Orçamentária (RDEO), referente ao 1º Quadrimestre de 2019, conforme solicitação feita pelo Secretário de Estado da Saúde, via Ofício nº 887/2019-GAB/SES.

Atendendo proposta feita pelo Deputado Dr. Yglésio, foi realizada Audiência Pública no Auditório ‘Neiva Moreira’, desta Casa, no dia 30/10/2019, para discutir sobre Políticas Públicas para os fibromiálgicos.

#### 2.6. COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

Reuniões Ordinárias 14

Reuniões Extraordinárias 0

Proposições Apreciadas 01

Pareceres Escritos 01

Pareceres Verbais 0

Audiências Públicas 03

No dia 30/04/2019, foi realizada Audiência Pública para tratar sobre a Metropolização Da Grande Ilha.

Realizada no Plenário Gervásio Santos, desta Casa, a audiência correspondeu à solicitação feita via requerimento nº 202/2019, apresentada pelo Deputado Dr. Yglésio.

Em atenção ao requerimento nº 350/2019, apresentado pelo Deputado Zé Inácio Lula, Foi realizada audiência pública no Auditório Fernando Falcão, desta Casa, no dia 17/09/2019, para debater e propor alterações na Lei nº 10.789/2018, que dispõe sobre a reserva prioritária do percentual numérico de 70% de contratação de mão de obra maranhense pelas empresas da construção civil prestadores de serviços no Estado do Maranhão.

Para tratar sobre política denominada Beira-Mar de todos, a Comissão realizou Audiência Pública no dia 28/11/2019, no Auditório Neiva Moreira, em atenção ao requerimento nº 653/2019, de autoria do Deputado Dr. Yglésio.

## 2.7 COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DAS MINORIAS:

Reuniões Ordinárias 20

Reuniões Extraordinárias 0

Proposições Apreciadas 21

Pareceres Escritos 20

Pareceres Verbais 01

Audiências Públicas 04

No dia 21/05/2019, a Comissão realizou Audiência Pública para discutir a problemática da Feira do Vinhais, no Auditório Neiva Moreira, desta Casa, conforme solicitação feita pelos feirantes ao presidente da Comissão.

Em 27/05/2019, foi realizada Audiência Pública para tratar sobre a reforma realizada pela Cyrela no Condomínio Pleno Residencial que vem prejudicando a habitabilidade e segurança Dos moradores, no Salão adulto da torre Cupuaçu do Condomínio Pleno Residencial, em São Luís - MA, em atenção à solicitação feita pelos moradores do Condomínio Pleno Residencial, via Ofício 001/2019 dos moradores do Condomínio Pleno Residencial.

No dia 25/06/2019, no Bairro Coroadinho, em São Luís - MA, foi realizada Audiência Pública para tratar sobre o abastecimento de água no Bairro Coroadinho, em São Luís - MA, tendo em vista solicitação feita pelos moradores do bairro em questão.

Para celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra foi realizada Audiência Pública no dia 19/11/2019, no Auditório Fernando Falcão, deste Poder, conforme solicitação via requerimento nº 634/2019, de autoria do Deputado Zé Inácio Lula.

## 2.8. COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:

Reuniões Ordinárias 11

Reuniões Extraordinárias 0

Proposições Apreciadas 07

Pareceres Escritos 06

Pareceres Verbais 01

Audiências Públicas 02

Visitas técnicas 03

Em 21/05/2019, foi realizada visita técnica à Barragem do rio Pericumã, localizada no município de Pinheiro – MA, em atenção ao requerimento apresentado pelo Deputado Felipe dos Pneus, nº 036/2019, que solicitou que fosse feita inspeção em todas as barragens construídas no Estado do Maranhão, iniciando pela do Rio Flores, na cidade de Joselândia - MA, bem como pela barragem do Rio Pericumã, localizada no município de Pinheiro - MA.

No dia 07/05/2019, no Plenário Gervásio Santos, deste Poder, foi realizada Audiência Pública para tratar sobre o aumento do número de vítimas de acidentes de trânsito envolvendo pedestres, as políticas existentes sobre o trânsito na Região Metropolitana e os custos sociais decorrentes, que constituem assuntos de interesse público de grande relevância, tendo em vista requerimento nº 138/2019, apresentado pelo Deputado Duarte Júnior.

Em atenção ao requerimento nº 430/2019, apresentado pelo Deputado Felipe dos Pneus, foi realizada pela Comissão, em conjunto com a Comissão de Saúde, no dia 25/09/2019, às 15:00, visita técnica ao Hospital Macrorregional Tomás Martins em Santa Inês. Tratou-se de uma ação para se verificar in loco as demandas, o funcionamento e os atendimentos desse grande hospital que atende uma região altamente populosa, quais sejam: Santa Inês, Zé Doca e Pindaré, que compreende cerca de 160 mil pessoas.

Em 26/09/2019, às 09:00, a Comissão realizou visita técnica ao prédio da Unidade Regional da Agencia Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão - AGED, localizada

no município de Santa Inês - MA.

Tratou-se de uma ação na busca de soluções para evitar acidentes com riscos de mortes para as pessoas que frequentam e as que ali trabalham na referida unidade regional deste órgão, uma vez que, conforme informações e notoriamente sabediço, a estrutura predial encontra-se totalmente depreciada, com banheiros destruídos, parte elétrica sem manutenção, teto precisando de reformas urgentes, ou seja, falta de manutenção geral do local, conforme apresentado no requerimento nº 447/2019, de autoria do Deputado Felipe dos Pneus.

No dia 26/09/2019, às 15:00, a Comissão realizou audiência pública na Câmara dos Vereadores de Santa Inês – MA para discutir sobre a problemática da falta de água permanente na Cidade de Santa Inês – MA, em atenção ao requerimento nº 473/2019, de autoria do Deputado Felipe dos Pneus.

## 2.9. COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

Reuniões Ordinárias 06

Reuniões Extraordinárias 01

Proposições Apreciadas 05

Pareceres Escritos 03

Pareceres Verbais 02

Audiências Públicas 01

No dia 23/05/2019, em atenção ao requerimento nº 243/2019, de autoria do Deputado Rafael Leitoa, foi realizada audiência pública no Auditório Memorial da Balaiada - Praça Duque de Caxias, Morro do Alecrim, Caxias - MA, visando possibilitar a confirmação e/ou manifestação de interesse e composição da Comissão Pré-comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapecuru.

## 2.10. COMISSÃO DE ÉTICA:

Reuniões Ordinárias 01

Reuniões Extraordinárias 0

Proposições Apreciadas 0

Pareceres Escritos 0

Pareceres Verbais 0

Audiências Públicas 0

## 2.11. COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS:

Reuniões Ordinárias 08

Reuniões Extraordinárias 02

Proposições Apreciadas 06

Pareceres Escritos 05

Pareceres Verbais 0

Audiências Públicas 03

Visitas técnicas 03

Em atenção ao requerimento nº 205/2019, apresentado pelo Deputado Fábio Macedo, requerendo discutir a questão da exploração, distribuição e comercialização do gás natural pela empresa ENEVA, controladora do Complexo de Produção de Gás Parnaíba nos municípios de Lima Campos, Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes e nas demais regiões do Estado, enfatizando a distribuição de gás veicular para utilização no Estado, para uso domiciliar e as ações de expansão da empresa no Maranhão, a Comissão realizou visita técnica in loco, no dia 16/05/2019, na ENEVA em Santo Antônio dos Lopes – MA; Audiência Pública no dia 22/05/2019, no Auditório Fernando Falcão, desta Casa; e

visita técnica in loco, no dia 06/06/2019, na ENEVA no Porto do Itaqui/Bacanga, em São Luís - MA.

Em 17/09/2019, no Auditório Fernando Falcão, a Comissão realizou Audiência Pública para debater e propor alterações na Lei nº 10.789/2018, que dispõe sobre a reserva prioritária do percentual numérico de 70% de contratação de mão de obra maranhense pelas empresas da construção civil prestadoras de serviços no Estado do Maranhão, assim como pactuar medidas de monitoramento do fiel cumprimento da lei. A audiência foi realizada em função do requerimento nº 350/19, de autoria do Deputado Zé Inácio Lula.

Para debater sobre a situação dos Correios no Maranhão, como a privatização, reestruturação, fechamento de agências, programa de demissão voluntária, entre outros assuntos, a Comissão realizou Audiência Pública no dia 24/10/2019, no Auditório Fernando Falcão, em atenção ao requerimento nº 561/19.

No dia 14/11/2019 foi realizada visita técnica ao Campo Morada Nova, zona rural do município de Bacabal - MA, onde será extraído o gás natural, para ser utilizado gás natural veicular – GNV, conforme deliberação da Comissão.

## 2.12. COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

Reuniões Ordinárias 15

Reuniões Extraordinárias 01

Proposições Apreciadas 03

Pareceres Escritos 04

Pareceres Verbais 0

Audiências Públicas 01

No dia 11/07/2019, a Comissão realizou Audiência Pública na Câmara Municipal de Buriticupu – MA, para discutir sobre a Segurança Pública da Cidade de Buriticupu, Zona Rural e demais Distritos deste Município, em atenção à solicitação feita pela Câmara Municipal em questão, conforme Indicação nº 034/2019.

### 2.13. COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL (1):

Reuniões Ordinárias 08

Reuniões Extraordinárias 01

Audiências Públicas 02

Criada com a finalidade de promover estudos sobre um novo Modelo de Governança de Recursos Hídricos e Saneamento Básico no Estado do Maranhão, através da Resolução Administrativa nº 776/2019, de 05/06/2019, em conformidade com o disposto no Regimento Interno e considerando o Requerimento nº 242/2019, do Deputado Rafael Leitoa.

Em 06/11/2019 foi realizada Audiência Pública no Plenário Gervásio Santos, desta Casa, para discutir a Nova Regionalização para efeito de mobilização para criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado do Maranhão.

Em atenção ao requerimento nº 002/2019, de autoria do Deputado Rafael Leitoa, foi realizada Audiência Pública no Auditório Neiva Moreira, desta Casa, no dia 27/11/2019, para debater sobre "Criação da Pré-Comissão do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pindaré".

Por meio da Resolução Administrativa nº 1194/2019, publicada no dia 10/12/2019, esta Comissão Temporária Especial teve seu prazo prorrogado por mais 180 dias.

### 2.14. COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL (2):

Reuniões Ordinárias 01

Reuniões Extraordinárias 0

Audiências Públicas 0

Com o objetivo de garantir à população maranhense o acesso aos serviços de saúde pública, dando transparência aos fluxos estabelecidos e definir, a partir de critérios e parâmetros pactuados, os limites financeiros federais e estaduais destinados a assistência da população, foi criada através da Resolução Administrativa nº 1191/2019, de 04/12/2019, em conformidade com o disposto no Regimento Interno e considerando o Requerimento nº 606/2019, apresentado pelo Deputado Antônio Pereira.

**RELAÇÃO DOS ADMINISTRADORES: Gestão: 01/02/2017 à 31/01/2019**

NORMA TCE: Relação dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos do órgão, investidos da atribuição de ordenadores de despesa, ou outro(s) ato(s) de gestão, e respectivos substitutos, contendo, nome, cargo ou função, atos e datas de suas nomeações ou eleições, período de gestão de cada um no decurso do exercício financeiro e endereço residencial para efeito de comunicação.

<b>NOME</b>	<b>CARGO/FUNÇÃO</b>	<b>ATO E DATA DE NOMEAÇÃO</b>	<b>ENDEREÇO</b>
OTHELINO NOVA ALVES NETO	Presidente	Ata de Posse Diário da ALEMA 04/01/2018	Rua Gurupi Quadra IX Ed. Two Towers Endeel Apto 100 Ponta do Farol
FÁBIO HENRIQUE DIAS DE MACEDO	1º Vice Presidente	Ata de Posse Diário da ALEMA 04/01/2018	Avenida dos Holandeses, n.º 2000, Residencial The Prime, casa 12, Calhau
RICARDO TADEU RIBEIRO PEARCE	1º Secretário	Ata de Eleição e Posse Diário da ALEMA 01/02/2017	Rua das Verbenas, n.º 3333, Ed. Salvador Dali, apto 601, Ponta Dareia
STÊNIO DOS SANTOS REZENDE	2º Secretário	Ata de Eleição e Posse Diário da ALEMA 01/02/2017	Rua Mirage do Sol, Ed. Matise, n.º 01, Quadra 20, apto 502, Renascença II
JOSÉ INÁCIO SODRÉ RODRIGUES	3º Secretário	Resolução Adm. 078/2018 15.01.2018	Rua dos Sabiás, n.º 10, apto 104, Jardim Renascença
TARCÍSIO ALMEIDA ARAÚJO	Procurador Geral	Ata de Eleição e Posse Diário da ALEMA 01/02/2017	Rua Mirage do Sol, Ed. Matise, n.º 01, Quadra 20, apto 502, Renascença II
FERNANDA DE CASTRO CORRÊA GUIMARÃES	Auditora Geral	Resolução Adm. 132/2015 04.02.2015	Rua Netuno, Quadra 28, lote 1, Ap. 401, Edifício Turmalina, Jardim Renascença.
VALNEY DE FREITAS PEREIRA	Diretor-Geral	Resolução Adm. 022/2018 08.01.2018	Avenida dos Holandeses, n.º 11, Apto 54, Ponta Dareia
ANDRÉ LUIS PINTO MAIA	Presidente da CPL	Resolução Adm. 148/2018 01.02.2018	Avenida Mario Andreazza, Bloco 2, n.º 208, Cond. Village das Palmeiras, Turu
VITALINA VENANCIA D. F. DE ARAÚJO	Diretor de Orçamento e Finanças	Res. Adm. 100/2018 01.02.2018	Avenida Contorno Norte Sul, n.º 65, Quadra 01, Cohatrac IV

**RELAÇÃO DOS ADMINISTRADORES: Gestão: 01/02/2019 à 31/01/2021**

NORMA TCE: Relação dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos do órgão, investidos da atribuição de ordenadores de despesa, ou outro(s) ato(s) de gestão, e respectivos substitutos, contendo, nome, cargo ou função, atos e datas de suas nomeações ou eleições, período de gestão de cada um no decurso do exercício financeiro e endereço residencial para efeito de comunicação.

<b>NOME</b>	<b>CARGO/FUNÇÃO</b>	<b>ATO E DATA DE NOMEAÇÃO</b>	<b>ENDEREÇO</b>
OTHELINO NOVA ALVES NETO	Presidente	Ata de Posse Diário da ALEMA 01/02/2019	Rua Gurupi Quadra IX Ed. Two Towers Endeel Apto 100 Ponta do Farol
GLALBERT NASCIMENTO CUTRIM	1º Vice Presidente	Ata de Posse Diário da ALEMA 01/02/2019	Rua Madressilva n.º 02 Apto 1101 Ponta Dareia
ANDREIA LOPES MARTINS REZENDE	1º Secretário	Ata de Posse Diário da ALEMA 01/02/2019	Rua Gurupi Quadra IX Ed. Two Towers Endeel Apto 400 Ponta do Farol
CLEIDE BARROSO COUTINHO	2º Secretário	Ata de Posse Diário da ALEMA 01/02/2019	Av. São Marcos, n.º 77, Apto 500, Ed. Two Towers, Península - Ponta D'areia.
KARLOS PARABUÇU SANTOS FIGUEIREDO DOS ANJOS	3º Secretário	Ata de Posse Diário da ALEMA 01/02/2019	Av dos Holandeses 1103, Apt 203, Ed. Maison Renoir, Ponta do Farol
TARCÍSIO ALMEIDA ARAÚJO	Procurador Geral	Resolução Adm. 078/2018 15.01.2018	Rua dos Sabiás, n.º 10, apto 104, Jardim Renascença
FERNANDA DE CASTRO CORRÊA GUIMARÃES	Auditora Geral	Resolução Adm. 132/2015 04.02.2015	Rua Netuno, Quadra 28, lote 1, Ap. 401, Edifício Turmalina, Jardim Renascença.
VALNEY DE FREITAS PEREIRA	Diretor-Geral	Resolução Adm. 022/2018 08.01.2018	Avenida dos Holandeses, n.º 11, Apto 54, Ponta Dareia
ANDRÉ LUIS PINTO MAIA	Presidente da CPL	Resolução Adm. 148/2018 01.02.2018	Avenida Mario Andreezza, Bloco 2, n.º 208, Cond. Village das Palmeiras, Turu
VITALINA VENANCIA D. F. DE ARAÚJO	Diretor de Orçamento e Finanças	Res. Adm. 100/2018 01.02.2018	Avenida Contorno Norte Sul, n.º 65, Quadra 01, Cohatrac IV



# HARMONIA ENTRE OS PODERES

Mantendo boa relação entre os poderes e respeitando a independência de cada um, com uma convivência harmônica, deu-se a posse do Presidente Othelino Neto como governador em exercício, em 16 de maio, com o afastamento constitucional do governador do Estado do Maranhão Flavio Divo e do vice-governador Carlos Brandão.

Com a consciência da necessidade de uma interlocução entre os Poderes Constitucionais, a Assembleia Legislativa do Maranhão assinou, no dia 08 de abril, o Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas para veiculação do programa “TCE em Pauta” na grade da TV Assembleia.

Atualmente, a TV Assembleia grava, edita e veicula também programas do Tribunal de Justiça e Ministério Público do Estado do Maranhão.

A Diretoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Maranhão tem aproximado cada vez mais o Povo da Assembleia, os representantes de seus representantes, através da TV Assembleia, rádio Assem-

bleia e seus canais nas redes sociais que explicam o funcionamento do parlamento, propostas dos parlamentares, bem como vídeos institucionais que colaboram para informações dos direitos e deveres dos cidadãos como o de grande repercussão nacional que foi a campanha institucional contra o assédio e o feminicídio, produzida pela ALEMA.

O projeto contou com o apoio do Grupo de Esposas de Deputados do Maranhão (GEDEMA) e da Procuradoria da Mulher, com o objetivo alertar a sociedade sobre as diversas formas de violência contra a mulher, incentivando as vítimas a denunciar os agressores, destacando o número 180.

Alinhado e sensível com o aumento da violência contra a mulher, o presidente Othelino baixou uma resolução dois dias depois da sua posse, vedando a nomeação de cargos e prestação de serviços a qualquer pessoa condenada por violência doméstica no âmbito da Assembleia Legislativa do Maranhão.



# GEDEMA

À frente do GEDEMA, a presidente Ana Paula Lobato proporcionou aos servidores eventos em datas comemorativas como o Dia Internacional da Mulher, Celebração da Páscoa, Dia das Mães e Festa Junina, sempre com ampla participação.

Merece destaque o excelente trabalho do GEDEMA, junto com as diretorias da casa e apoio do Governo do Estado do Maranhão para o “Arraiá do Povo”. Arraial aberto ao público, que se consagrou como um dos melhores do São João do Maranhão.



# CENÁRIO NACIONAL



Parla**NORDESTE**

MARANHÃO | 2019

3º ENCONTRO DE PRESIDENTES  
DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS  
DOS ESTADOS DO NORDESTE

Já no plano nacional, a Assembleia Maranhense conseguiu posição de destaque nos grandes debates do Brasil. Fato que conduziu o Presidente Othelino Neto a ser eleito, em 29 de março, por unanimidade para o exercício de 2019, presidente do colegiado do ParlaNordeste, que engloba as 9 Assembleias da Região Nordeste. Como presidente do ParlaNordeste, no dia 17 de abril, o deputado Othelino Neto, entregou a “Carta de São Luís” para os presidentes da Câmara Federal e do Senado, com o posicionamento do Colegiado Parla Nordeste sobre o consórcio Nordeste, Reforma da Previdência, Pacto Federativo e Fortalecimento dos Órgão Regionais de Desenvolvimento. Em 08 de junho, presidiu o 4º Encontro do ParlaNordeste, oportunidade em que foi criada a “Carta de Salvador”, logo encaminhada aos Presidentes da Câmara Federal e do Senado, bem

como a bancada nordestina do Congresso Nacional e a setores da Administração Pública Federal.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, com a marca inovadora de sua gestão, participou do seminário “Próximos Passos”, em 15 de abril. O evento foi promovido pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação (SECTI), contando com a presença do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, o astronauta Marcos Pontes. Othelino ressaltou a importância da Frente na defesa das comunidades do município de Alcântara e na construção democrática do acordo com os EUA.

# MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

## Criação da Asplan

Com o objetivo de melhorar os serviços prestados à sociedade, o Presidente Othelino Neto deu início ao projeto de modernização institucional em direção a uma gestão estratégica com foco no cidadão.

Nesse sentido, uma das primeiras iniciativas do Presidente foi a criação da Assessoria de Planejamento e Assuntos Estratégicos (ASPLAN) com a finalidade de institucionalizar a gestão estratégica na Casa, tendo como ação inicial a elaboração do 1º Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA).

O Planejamento Estratégico da ALEMA representa um marco histórico na gestão da Casa. E terá como objetivo tornar a instituição uma estrutura integrada e organizada, possibilitando agilidade na tomada de decisão. De modo, a aprimorar e adequar a gestão de pessoas, de materiais e de recursos orçamentários e financeiros às necessidades da atividade institucional, visando a melhoria dos serviços prestados à sociedade maranhense.



# MAIS AGILIDADE E TRANSPARÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES

Sensível às mudanças proporcionadas pelos meios tecnológicos e atento à necessidade permanente de modernização da gestão administrativa, o Presidente Othelino Neto inaugurou a licitação na modalidade Pregão Eletrônico com vista a ampliar o universo de competidores e baixar os custos dos procedimentos licitatórios, assim como dar mais transparência aos processos de aquisição de produtos ou contratação de serviços pelo Poder Legislativo Estadual.

A Comissão Permanente de Licitação (CPL) tem promovido, paulatinamente, a migração para esta modalidade possibilitando que a Assembleia compre de qualquer fornecedor do país, garantindo-se ao mesmo tempo melhores serviços e produtos, com menores preços.

No primeiro semestre deste ano, 28% por cento dos pregões da Casa foram realizados na modalidade pregão eletrônico. E estima-se que, até o final deste ano, pelo menos, 50% dos pregões da ALEMA sejam realizados na modalidade eletrônica.

Nesse mesmo direcionamento, a CPL vem auxiliando os setores na padronização de seus termos de referência, bem como fornecendo assessoria jurídica, instrumentos e subsídios que viabilizem a confecção dos mesmos pelos servidores da Casa. Essa medida tem como finalidade agilizar a tramitação interna dos procedimentos licitatórios dando maior segurança aos setores quando da formulação de seus pedidos por meio de termos de referência.

## MEMORIAL DA LEGISLAÇÃO MARANHENSE

Durante os trabalhos de restauração dos documentos manuscritos e impressos da Casa, foram encontradas 13 obras raras, sendo expostas no “Memorial da Legislação Maranhense”, contendo dados históricos importantes sobre o Legislativo maranhense. Dentre as raridades, que datam de 1894 a 1953, foram descobertos registros de atas, expedientes, sessões extraordinárias, atividades parlamentares e leis estaduais relevantes.

O evento integrou a programação do transcurso dos 184 anos do Poder Legislativo e, também, do Dia do Poder Legislativo, comemorado com uma Sessão Solene, no Plenário Manuel Beckman, que contou

com as presenças de autoridades, parlamentares, servidores e convidados.

Dentre as raridades históricas, que datam de 1894 a 1953, encontram-se um livro de leis estaduais, volume único, com 172 páginas escritas à mão, que traz a descrição de leis estaduais de 1889 a 1902. No mesmo livro, encontrasse o registro da Lei nº 294, de 15 de abril de 1901, que criou a primeira seção do Corpo de Bombeiros de São Luís.

A mais antiga obra resgatada é um Livro de Atas com 125 anos.



# MAIS ACESSIBILIDADE

A Assembleia Legislativa tem demonstrado sua preocupação com a questão da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência.

Nesse sentido, a Diretoria de Administração iniciou o projeto para adequação total das instalações físicas da ALEMA às normas de acessibilidade.

Essa preocupação também esteve presente no “Arraiá do Povo”, promovido pela Assembleia Legislativa, durante os Festejos Juninos deste ano, que garantiu acessibilidade dos portadores de necessidades especiais às “barracas sensíveis” e a espaços reservados na área do palco. As pessoas com necessidades especiais circularam por todo o circuito do “Arraiá do Povo” de forma totalmente integrada aos demais presentes.

Além disso, a Escola do Legislativo ofereceu cursos de Libras (Língua Brasileira de Sinais), para servidores da Casa, com a finalidade de prepará-los para melhor atender a comunidade de surdos que buscam pelos nossos serviços.

Com essas iniciativas, espera-se derrubar barreiras, contribuir para eliminar preconceitos e desigualdades, disseminar o respeito às diferenças e tornar a Assembleia Legislativa uma referência de inclusão social entre as instituições públicas maranhenses.

## 1º CURSO DE FORMAÇÃO BÁSICA EM ASSESSORIA TÉCNICO- PARLAMENTAR

# ESCOLA DO LEGISLATIVO

As atividades da Escola do Legislativo Maranhense têm sido de grande importância para o projeto de modernização da Casa com a função de servir de instrumento para a democratização da informação, conhecimentos e métodos de trabalho, sobretudo criando espaços de reflexão política e filosófica sobre as práticas representativas.

No primeiro semestre deste ano, a Escola do Legislativo capacitou 53 turmas, totalizando 520 horas/aula, com a participação de 1.349 alunos entre servidores, dependentes e convidados, ofertando cursos em diversas áreas como informática, sistemas internos, redação oficial, comunicação e oratória, libras, dentre outros.

Tendo em vista a preocupação do Presidente Othelino Neto com o início da legislatura e a entrada de novos parlamentares e servidores na Casa, a Escola do Legislativo, em parceria com a Consultoria Legislativa, ofertou o Curso de Formação Básica de Assessoria Técnico Parlamentar, que foi ministrado por Consultores Legislativos da Casa. O curso foi dividido em três módulos abordando temas como elaboração legislativa, fundamentos jurídicos do processo legislativo, redação legislativa e introdução ao Regimento Interno.

Nesse sentido, realizou-se o curso de Processo Legislativo Orçamentário, em parceria com a Consultoria Legislativa, onde foram estudados os fundamentos e princípios orçamentários e seus aspectos constitucionais.

A Escola do Legislativo também promoveu o curso Marketing Político: riscos, estratégias e comunicação política, que foi ministrado pelo doutor em Ciên-

cias Políticas, professor Adriano Oliveira, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O Curso contextualizou o marketing político abordando aspectos teóricos e empíricos sobre pesquisas e campanhas eleitorais.

Com o objetivo de estimular a liderança e o empoderamento de mulheres vereadoras do Maranhão, a Procuradoria da Mulher, por meio da Procuradora da Mulher na ALEMA, Deputada Helena Duailibe, realizou o curso “Políticas Públicas para Mulheres do Legislativo Municipal”, em parceria com a Escola do Legislativo.

O objetivo do curso foi fortalecer a parceria com as Câmaras Municipais do Estado para a capacitação das

vereadoras sobre políticas públicas voltadas para mulheres e na orientação relativa à implementação da Procuradoria Municipal da Mulher nas Câmaras de Vereadores dos municípios.

Participaram do evento Vereadoras de vários municípios maranhenses, além de representantes de diversas entidades de movimentos feministas, totalizando 180 participantes, o que demonstra a sensibilidade da gestão com ampliação da qualificação e da participação das mulheres no cenário político regional e nacional.

Para dar suporte à implantação das novas tecnologias, a Escola do Legislativo ofertou cursos de capacitação aos servidores de diversos setores para utilização do Sistema InovaLegis. A perspectiva é de que, até o final do ano, todos os servidores estejam aptos a utilizarem o novo sistema.

# DIRETORIA DE SAÚDE

Na área da saúde, a Diretoria de Saúde e Medicina Ocupacional prestou mais de cinco mil atendimentos médicos aos servidores da Casa, nas especialidades de Ortopedia, Endocrinologia, Ginecologia, Psiquiatria, Clínica Geral e Preventivos.

A equipe multidisciplinar realizou mais de quatro mil atendimentos em diversas áreas como Psicologia, Odontologia, Fisioterapia, Serviço Social, Nutrição e Ginástica Laboral.

A expansão dos serviços de Psicologia e Fisioterapia beneficiou centenas de servidores. Além disso, foi elaborado um calendário de atividades com todas as campanhas e atividades do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde do Estado e da Secretaria de Saúde Municipal.

Dentre as diversas campanhas promovidas pelo Setor Médico, no primeiro semestre, tivemos a Campanha de Prevenção ao Câncer. Uma parceria da Diretoria de Saúde e Medicina Ocupacional e do Grupo de Esposas de Deputados do Maranhão (GEDEMA), que realizou consultas e 15 tipos de exames ginecológicos e coleta de preventivo junto às servidoras da Casa.

Em abril, tivemos o lançamento da Campanha “Abril Marrom: olhando para o futuro”. O mês foi dedicado aos cuidados em relação às doenças causadoras da cegueira. Foram realizadas várias consultas e exames oftalmológicos nos servidores da Casa. A iniciativa ocorreu no mês em que foi sancionada a Lei 10.998, de 29 de março de 2019, que instituiu, no Maranhão, o Mês Estadual de Prevenção e Combate à Cegueira, oriunda de Projeto, de autoria do Presidente da Assembleia Legislativa Deputado Othelino Neto.

A “1ª Semana de Cuidados com a Saúde do Servidor”, uma iniciativa da Diretoria de Saúde e Medicina Ocupacional, em parceria com a Escola do Legislativo, Grupo de Esposas de Deputados do Maranhão (GEDEMA) e Hospital São Luís (HSLZ). Os servidores puderam realizar consultas e exames, voltados à prevenção de doenças e ao tratamento de eventuais enfermidades. Além disso, a semana contou com uma vasta programação de palestras voltadas à preservação da saúde do servidor.



# RESTAURANTE

Atendendo a um pleito dos servidores, o restaurante e as lanchonetes da Casa voltarão a funcionar em breve. A Comissão Permanente de Licitação realizou pregão que teve como objeto a concessão onerosa de uso do restaurante e de duas áreas destinadas a lanchonetes.

Medida esta que visa melhorar a qualidade de vida do servidor que terá um local adequado para realizar suas refeições, assim como oferecer maior comodidade aos nossos visitantes.



# TRANSPARÊNCIA

Houve o fortalecimento do controle interno e social com a reformulação do Portal da Transparência que obteve do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão o reconhecimento de sua adequação à legislação vigente. Entre as novidades do novo Portal estão: maior e melhor oferta de dados abertos, adequação a dispositivos móveis, como celulares e tablets, e maior interatividade; a fim de atender, de forma mais eficiente, a crescente demanda da sociedade e as obrigações de transparência.

Melhorias também ocorreram no sistema de Ouvidoria da Casa. Agora é possível acompanhar as solicitações através do número de protocolo pela internet. Antes o acompanhamento só era possível por whatsapp, e-mail ou telefone.

A Auditoria-Geral analisou e emitiu parecer em 1.550 processos, em caráter preventivo e corretivo, buscando o alinhamento entre as metas e prioridades estabelecidas nas Leis Orçamentárias.

Do mesmo modo, a Diretoria de Orçamento e Finanças cumpriu os dispositivos da legislação vigente publicando seus atos e divulgando no site da Assembleia a liberação de repasses, transferências e o Relatórios de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre, no dia 29 de maio de 2019, bem como manteve o percentual de gastos com pessoal em 1,93%, bem abaixo dos patamares exigidos em lei.

# COMUNICAÇÃO

## Prêmio

Pelo terceiro ano consecutivo, a TV Assembleia é agraciada com o Prêmio REMADD 2018, na categoria Comunicação e Literatura, em reconhecimento e agradecimento à cobertura jornalística dos trabalhos desenvolvidos pela Rede Maranhense de Diálogos Sobre Drogas e de projetos sociais.

## Facebook ao vivo

A TV Assembleia passou a transmitir, diariamente, as sessões plenárias, solenes, especiais e audiências públicas, ao vivo, também por meio da sua página oficial no Facebook com a mesma qualidade de imagens, áudio e cobertura total da emissora. Com o mesmo objetivo, as sessões plenárias começaram a ser transmitidas também, em tempo real, pelo Instagram da Assembleia Legislativa do Maranhão.

Segundo o diretor de Comunicação da Assembleia Legislativa, jornalista Edwin Jinkings, as transmissões diretas da TV Assembleia, via Facebook, passaram a ser possíveis graças à tecnologia do Play Out (exibidor), moderno equipamento adquirido pela Casa, e que faz com que a emissora do Rangedor possa se conectar à comunidade virtual com todos os seus próprios recursos de imagem e áudio.

## Guarnicê

A reportagem “Os Desafios do Envelhecimento”, da jornalista Márcia Carvalho, TV Assembleia, venceu a 42ª edição do Festival Guarnicê de Cinema, na categoria ‘Melhor Reportagem’, com produção de Ameliane Araújo, imagens do cinegrafista Jurandir Serra e edição Alberth Moreira.

A premiação aconteceu no Teatro Arthur Azevedo, durante a cerimônia de encerramento do festival de cinema promovido pela Universidade Federal do Maranhão. Na ocasião, também foi entregue o Prêmio Mauro Bezerra, concedido pela Assembleia Legislativa do Maranhão, ao filme “Aquarela”, vencedor na categoria Melhor Curta-Metragem.